

MEMÓRIAS DOS APOSENTADOS

PAULO SALVADOR FRONTINI

PROCURADOR DE JUSTIÇA APOSENTADO

INGRESSO NO MPSP: 16/01/1961 E SAÍDA 20/03/1987

APMP: Como foi o seu ingresso no Ministério Público?

Eu tinha sido estagiário do Ministério Público. Então, no quarto ano da Faculdade, sou formado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em 1959. Em 1958 eu já pensava no MP como carreira, como profissão, portanto. Em 1958 consegui me tornar estagiário pelas mãos de um promotor ilustre, depois foi presidente da Associação, Alceu Arruda. Em seguida me formei. Fiz o concurso em 1960. Tive uma grande ajuda do exército brasileiro para o meu concurso. É bom que se registre isso. Tenho CPOR (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva) aspirante oficial. E o exército, logo que me formei me convocou para ficar no quartel, ao lado de Jundiaí, 2º GO 155, hoje mudou o nome. Fiquei cinco meses lá, e consegui com o meu superior imediato, o capitão, que ele me autorizasse à tarde, para ficar com os meus livros estudando. Costumo brincar que o exército me deu uma bolsa de estudos, ganhava como aspirante oficial para ser promotor. Estudei muito neste período, fiquei atualizadíssimo. Terminou este estágio voltei para a vida civil. Abriu-se o concurso, lá para setembro ou outubro. Fizemos uma prova escrita, eram 400 candidatos, sobraram uns 20, dos quais 14 foram aprovados, eu fui aprovado. Fui nomeado em janeiro de 1961. Costumo brincar que três importantes tomaram posse em janeiro de 1961: Janio Quadros, John Kennedy e eu, o promotor. Só eu fiquei os outros foram desistidos.

PROMOTOR SUBSTITUTO

Após a posse fui ser promotor substituto em Casa Branca. Cheguei lá havia um promotor muito sério, muito compenetrado. Fiquei lá um dia. No dia seguinte fui convocado pra vir a capital e assumi a primeira promotoria criminal fiquei um mês lá. Continuei na capital na curadoria de massas falidas. Eu tinha antecedentes falimentares. No meu tempo de advocacia, não foi muito longo, mas trabalhei em um escritório de um notável comercialista, Manoel Sebrera Ferrer, ele me fez aprender muito sobre falências, concordatas, especialmente. A grande providencia na mão dos advogados na época era impetrar concordata dilatória (com prazo) porque a inflação comia a dívida, não havia correção monetária, isso em 1960. Mas, o fato é que quando eu fui para o oral do MP o senhor Manoel Sebrera falou: agora o seu local de trabalho é em casa estudando muito. Ele me ajudou muito. Continuei ganhando. E com essa tranquilidade fui para o exame oral, fui aprovado.

COMARCAS

Tomei posse em Casa Branca, voltei para a capital, fui para a massa falida. Até aqui era 1961. Na massa falida estava ótimo, né? Eu era solteiro, morava com os meus pais. Ganhava diárias, estava bom demais. Ai, em abril de 1961 saiu uma portaria para eu trabalhar em Iguape. Peguei uma lotação, eu não tinha automóvel, peguei a lotação que ia até Registro, pela BR, recém-inaugurada. Cheguei a Registro peguei o taxista e fui para Iguape. Foi um choque. Chovia quando cheguei lá. Eram quatro da tarde, o fórum estava fechado. Meu Deus! Que cidade. O fórum no centro de uma praça, nenhum jardim em volta, só uma graminha, e fechado. Eu vi ali, bem longe, um veículo e um jipe da polícia, e alguém lavando, em baixo da chuva, o jipe da polícia. Falei: é um preso. Para não ficar na sela estaca lavando. Não, era o delegado. Doutor Camilo Peduti. Muito gentil. Me, pois no carro e fomos até a casa do doutor Juiz. Flávio Trombeti. Não eram cinco da tarde. Batemos na porta e ele me atendeu de pijama. Foi outro impacto. Mas muito gentil, logo me identificou. A senhora dele me serviu uns docinhos na mesa. Ai eu perguntei para ele onde é que eu posso ficar? Já providencie tudo, você vai para o Hotel São Paulo. Onde a gente comia numa

mesa comprida como se fosse um coche. Impressões, né. Dormi lá uma noite. Ai descobri que no fórum havia uma cama, na sala secreta do júri havia cama e um chuveiro. Cada promotor que passava por lá solteiro dava uma contribuição. A minha foi colocar um chuveiro de água quente. Fiquei lá aquele mês. Foi um pouco desanimador. Um colega de turma da faculdade veio lá como advogado e mexeu comigo. Olhou pela janela da minha sala e disse: olha, você está pondo a sua mocidade aqui? Olhe atrás da janela, só tem mato. Ali, indo para Iguape eu descobri Registro, 180 km, no asfalto. Fiz uma choradeira na procuradoria-geral e fui para Registro. Foi ótimo. Recebido pelo doutor Ruy de Mello Almada, juiz de direito, já falecido, a quem eu devo gentilezas indescritíveis. Doutor Ruy me ensinou tudo o que eu só sabia na teoria. Um paizão. Ele tinha díade para ser o irmão mais velho, não para ser meu pai. Mais foi um paizão. Eu fiquei a Registro de 02/05 /1961 até 01/02/1963. Nessa época fui promovido para Getulina. Discutível. Getulina, a 450 km de SP, era uma cidade muito inferior a Registro, sem serviço. A sorte é que o doutor Trombeti de Iguape, a esta altura era juiz de Getulina. Já conhecia isso facilitou tudo. Mas eu nunca morei em Getulina, mas não tinha onde comer. E assim, fiquei lá morando em Lins, no Lins Hotel, cujo gerente chama-se Mario Miranda, gostei muito dele porque ele tinha sido ponta esquerda do Palmeiras, quem me conhece sabe que eu sou um palmeirense histórico, fui corneteiro do Palmeiras. Getulina não tinha serviço. Nesta ocasião, um caminhoneiro de lá escreveu no para-choque do caminhão: visite Getulina antes que acabe. E a revista Quatro Rodas tinha uma seção de mensagens de para-choques de caminhão. E publicaram o caminhão com a frase. Eu fui à frente a Getulina e fiz uma foto do caminhão e grudei no gabinete do procurador-geral, doutor Werner Nogueira, em junho de 1963, e arrumei um padrinho poderoso, José Neto Armando, que me conhecia da massa falida, depois foi procurador de Justiça, acho até que depois chegou a ser PGJ interino. Fiquei lá no Lins hotel e em junho de 1963 acampeei na procuradoria-geral com a minha fotografia, o procurador-geral Werner Nogueira era um homem severo, muito austero, boa pessoa; finalmente, no fim de julho, perdi umas férias por causa disso: todo dia eu ia ao gabinete para ver se

o doutor Werner me recebia. Ele me recebeu: eu tenho boas informações a seu respeito. Vou atender ao seu pedido. O senhor vai para Penápolis, é uma cidade muito boa, com ótima sociedade, e, por favor, case lá. Assim. Achei uma intromissão na minha vida privada. Casamento pensei na hora. Eu era cobrado, umas tias que cismavam que eu tinha que casar. Eu tinha 25 anos. Não era assim, Eu tinha que encontrar a alma gêmea. Assumi Penápolis. Ótima cidade. Cheguei lá em, 01 de agosto de 1963, fiquei chocado, era uma segunda-feira, não havia ninguém na rua. O que será que aconteceu? Na véspera tinha acontecido um acidente de automóvel, um trem pegou uma caminhonete matou oito ou nove jovens da sociedade de Penápolis, a cidade estava oficialmente de luto, só sobreviveu o motorista da caminhonete, que depois foi processado e condenado, foi defendido pelo famoso José Frederico Marques, grande figura do mundo jurídico, a essa altura advogando, tinha sido desembargador. Não adiantou defender, ficou condenado, mas no source, o que me dava uma tremenda raiva, este moço desfilando sorrindo, playboysão, desfilando na cidade, e aqueles jovens que tinham morrido, parece que não era com ele.

TRIBUNAL DO JÚRI

Ai assumi Penápolis, o juiz chamava Sebastião Calmoto Garreta, antigo oficial da polícia militar, tem uma filha que é juíza, a Cintia, ela era uma menininha. Hoje ela é juíza em rio Claro. O doutor Sebastião era um bom amigo. Fizemos boa amizade. Fiquei lá na comarca, tinha sete municípios. Foi realmente a minha grande experiência de júri. Toda sessão de júri tinha sete julgamentos. Vários júris. Júris que foram bem, outros que não foram bem. Mas, a esta altura eu já tinha conversado sobre as dificuldades do júri, e quero aqui prestar uma homenagem ao doutor Hermínio Marques Porto, depois procurador de Justiça, ele era promotor do júri. Eu fui falar com ele que não estava contente com o meu desempenho no júri. Ele perguntou se eu era professor. Sim. Tinha sido professor. Então ele falou: - ao invés de fazer júri com emoção estuda tecnicamente o processo, você tem que conhecer décor os autos, de ponta a ponta, sem emoção, relata para os jurados o que tem no

processo. Você tem uma vantagem, você tem um cadáver para exibir. O promotor vai para o júri exibindo, infelizmente, o cadáver da vítima, isto sempre impressiona. Foi uma orientação muito importante, a partir daí começou a melhorar o meu desempenho. Houve um júri complicadíssimo em Penápolis e o réu foi condenado. Na sala secreta, um dos jurados me deu a palavra para fazer elogio ao promotor. Não pode. Na sala secreta ninguém abre a boca. Quase quebrou o meu júri. Mas, o advogado ficou quieto. Assim foi.

Eu estava em Penápolis quando a agitação do Brasil começou a pesar. Porque, voltando um pouquinho para trás, lá em Registro eu acumulei muito Eldorado Paulista, a famosa xiririca, eldorado paulista era distante, estrada de terra, estava lá no dia em que o Janio Quadros renunciou, foi uma ducha de água fria em todo mundo, fomos até a casa do juiz ouvir pelo rádio. Que desanimo. O que será do Brasil? Eu percebi que vinha confusão. Isso não vai ficar assim. Tava lá em Penápolis, aquela inquietação do Janio, não tinha televisão, eu podia ouvir rádio, mas não ouvia, eu lia o jornal no final do dia. De fato, no dia 31 de março, aconteceu o que nos sabemos, o Jango fugiu, Auro de Moura Andrade assumiu a presidência. E, dali alguns dias—até um advogado de Penápolis muito bem informado falou antes de sair no jornal: olha, diz que vem aí uma providência dos militares, diz que vão tomar o poder. De fato, veio o ATO Institucional com a sua fúria caçadora. Os proprietários de jornais, a burguesia rasgou a fantasia, a turma do sindicato teve que fugir da cidade, depredaram o sindicato rural, denunciaram professores, série de “esquerdistas”, muitos que eu conhecia gente boa que discutia as coisas, o fato é que foi uma caça às bruxas. Eu fiquei lá na promotoria, alguns promotores foram atingidos: demitidos ou aposentados, já no 31 de março. Foi terrível: doutor Mercier, foi meu amigo, ele foi demitido do quadro do Ministério Público. Outros tantos foram aposentados. Foi muito difícil isso. O fato é que eu fiquei em Penápolis fazendo muito júri, atendendo trabalhador rural. Não existia justiça do trabalho senão na capital e em Campinas. Havia um decreto lei do Getúlio Vargas, lá em 1945, que mandava o promotor atender os trabalhadores, e a gente fazia atendimento trabalhista, entre os promotores falava-se o

PTB, os trabalhadores. E o PTB era grande em Penapolis. Os colegas que exageraram nisso foram para a rádio divulgar, eles sofreram consequências nesta época, no meu caso passou batido, foi tranquilo. Continuei atendendo os trabalhadores. Eu sempre trabalhei de porta aberta. Achava uma coisa muito boa socialmente este trabalho da promotoria recebendo qualquer pessoa do povo. Muito comum receber os trabalhadores que vinham com suas reclamações. A gente mandava um convite (não era intimação) que o próprio trabalhador entregava para o patrão. Eles vinham no dia marcado. Tentava-se um acordo, geralmente saía. Quando não saía o acordo, reclamação trabalhista. Isso era um trabalho permanente, constante, diário. Tem uma passagem interessante que um dia um oficial de justiça perguntou se eu atendia uma senhora:- mas doutor, é uma daquelas senhoras que andam de charrete. Em Penapolis só as moças prostitutas andavam de charrete. Coisa que não acontecia em Araçatuba. E ela tinha um cheque de um médico, ele era meu amigo, mas o cheque não tinha fundo: doutor será que o senhor consegue que eu receba este cheque? Claro. Vou falar com ele. A origem do cheque é isso ai mesmo? É doutor, prestei serviços para ele. Fica com o cheque e volta daqui a dois dias. Ô doutor, não vou mandar intimação para você vir no fórum, mas tem ai a história. A moça agradeceu que tinha recebido o cheque. E ai estas senhoras do meretrício descobriram o caminho da promotoria. E o oficial de justiça preocupadíssimo. A reclamação era outra, bem pior: achaque de policiais em cima de prostitutas. Falei com o delegado, ele disse que não era ele. Acabaram os achaques. Coisas que um promotor do interior pode fazer muito bem. E assim foi. Muito júri em plenários, muito trabalhista, muito prefeito réu. Processei dois prefeitos lá. O prefeito que estava no cargo e um ex-prefeito. O ex-prefeito foi condenado e o que estava no cargo foi absolvido. Também pelo tribunal.

Sai de Penapolis e fui para Araçatuba. Neste período de Penapolis tive uma experiência muito interessante, acumulei por seis meses Birigui, porque o titular de Birigui, meu amigo até hoje, depois foi para a magistratura pelo quinto, Aldo Almeida Prado de Magalhães, esta ai fortão, advogando com o filho. Doutor Aldo já tinha três filhos e ia nascer o quarto filho de uma gravidez que exigia cuidados, e

ele veio para São Paulo. Então fiquei acumulando Birigui. Tinha júri também, mas nada especial. O juiz era Getulio Correa da Neves nunca mais vi este homem. Em Birigui havia um leão do júri, é o que ganha todos os júris, é o terror dos promotores. Era o doutor Alexandre Michel Antonio, e, graças ao face book, eu tenho uma amiga em Birigui, pedi para ela localizar o doutor Alexandre, não conseguiram localizá-lo, talvez tenha falecido, passaram-se mais de cinquenta anos. Bom, o fato é que Birigui teve outro episódio que causou estresse no fórum, mas eu não posso contar porque envolve a vítima era uma funcionária do fórum que foi agarrada por um advogado, foi um escândalo. Coisas da vida.

Daí fui para Araçatuba. Cheguei lá convocado pelo procurador-geral, doutor Mario Moura Albuquerque, chamou a mim e o Aldo, que era de lá. Viemos falar com ele. Doutor Mário Moura era muito paternalista, ao contrario do Werner, que era carrancudo, o doutor Mário Moura era risonho, paternal, abraçava a gente, batia papos, ele caia bem no cargo, contava muitas histórias, tinha sido procurador-geral do Jânio Quadros, e nesta ocasião ele era procurador-geral do governador Ademar de Barros. Tinha talento político. Ele nos chamou e disse que tinha duas vagas: uma em Araçatuba e outra na capital, vocês dois são os meus candidatos, decidam entre vocês. O Aldo já estava praticamente em SP, preferi SP.

Eu fui para Araçatuba porque quando instalasse Osasco eu viria para Osasco. Fui para Araçatuba tinha um juiz chatíssimo lá, começamos a sofrer bastante com esse doutor, ele tinha dificuldade de locomoção, tinha instalado a sala do júri no primeiro andar, evidente que era um homem muito digno, mas muito complicado, paraplégico, entrou na magistratura paraplégico, chamado Pedro Vieira Motta, aliás, um estudioso de história, eu tenho estudos de história, que estão comigo, textos que ele produziu. Chegou a desembargador. Totalmente paraplégico chegava ao fórum com o jipe da polícia militar (naquele tempo era força pública) e era carregado até a cadeira dele no fórum, um homem sofrido. Queria trabalhar, mas um pouco complicado trabalhar com ele. Tanto que ali, logo adiante, abriu a promotoria da segunda vara, e eu consegui

ir para lá, a razão primeira era para não ter que aguentar este doutor. O que complicava pra mim? Eu era solteiro, e queria vir para São Paulo cada quinze dias, com o meu fusca, só se andava de fusca, todo mundo tinha Wolks. Ai, o doutor Pedro Vieira Motta fez acordo comigo que uma sexta-feira sim outra não, não haveria audiência do Ministério Público. Tudo combinado, selado, sagrado. Primeira sexta-feira que eu fiz isso ele marcou audiência, fez audiência do Ministério Público, e fez audiência no sábado. Meu sangue siciliano ficou fervendo. Tive uma conversa difícil com ele. Ai vagou a segunda promotoria, e o doutor Onésimo Silveira, que era o procurador-geral me colocou lá. Para a primeira promotoria veio uma pessoa que se tornou um irmão pelo resto da vida, irmão de coração, Candido Rangel Dinamarco. Formamos a dupla, que gerava muito piada em Araçatuba; um era Candido e o outro Salvador. Na segunda vara tinha uma coisa terrível, falência do frigorífico do Tião Maia, que estava em concordata, que tramitava na segunda vara, e virou falência. Eu ia a pé trabalhar. Passava neste caminho e via casas e casas fechadas, porque Araçatuba murchou com a crise do Tião Maia. Houve uma crise de abastecimento de carne e o governo da República decretou uma intervenção no frigorífico, foi à salvação de Araçatuba. Então aquela massa falida passou a receber dinheiro do governo, SUNAB, que pagava o frigorífico, que passou a pagar os credores, e a concordata foi levantada. A cidade retomando a normalidade. Meu amigo Manoel Sebriam, em cujo escritório eu tinha trabalhado, era advogado dos concordatários, não acostumado com o interior, um pouco autosuficiente, chega em Araçatuba e vai deitando falação. E os credores querendo o dinheiro deles. Cercaram o Manoel na praça em frente ao fórum. Ai me falaram que o advogado ia tomar uma surra. Eu olhei e identifiquei o doutor Manoel. Desci o peguei e elevei para conversar no salão do júri. Sempre neste assunto me aparece na sala um caboclão. Eu te diria pelo traje um trabalhador rural. Cigarro de palha. – Doutor posso falar com o senhor? Claro. – Eu queria falar dessa concordata. Eu tenho bois fornecidos e queria saber se eu vou ver o meu dinheiro de vota. Quem é o senhor? –Eu sou o Zico Castilho, famoso. Quantos bois o senhor tem para

receber? –Quatro mil. Se Deus quiser o senhor vai receber. E, assim foi.

Araçatuba também tinha muitos júris. A segunda vara tinha muitos júris. Pra fugir do juiz da primeira eu me enfiei na segunda, na segunda tinha a concordada, e tinha bastante júri. O Candido Damarco também fazia júri, ele gostava. Só que ele ficava com os problemas dos menores, porque problema do menor é indissolúvel. Fiquei na cidade quatro anos. Minha mãe foi me visitar em Araçatuba, eu estava sendo preterido pelos meus amigos Djalma Negreiros e pelo João Severino de Oliveira Perez que mandavam na política do Ministério Público. Estava na hora de eu vir para São Paulo. Os meus pais foram me visitar em Araçatuba. Minha mãe levou um tombo e fraturou o fêmur. Foi um desespero. Mas eu conhecia os médicos, já estava lá há bastante tempo. Achei o melhor ortopedista, grande figura, acudiu a minha mãe, internou na mesma noite, operou, e ela ficou boa. Trouxe-a de avião para São Paulo. Enquanto o avião esperava para voltar, vim ao MP, que era no Fórum João Mendes. Encontrei Pérez e Djalma. Meus amigos, ali mesmo armei, dizem os que ouviram, armei um verdadeiro desacato, os que ouviram: você não pode falar isso, e desacato. Peguei o avião e voltei para o interior. Ai, quando chegou dezembro, saiu uma portaria me trazendo para a capital, convocado, cheguei a SP, e fui para Tatuapé. Ali, eu estava poucos dias em SP, por isso que gravei bem no 13 de dezembro, era o anúncio do Ato Institucional nº5, gravei bem. Ditadura plena. Regime militar pleno. Fiquei no Tatuapé, até que aconteceu uma coisa importante na minha carreira: o bandido da luz vermelha. Ele às vezes matava, só matava, não roubava, isso ia para júri. Quem fazia os júris era o Alberto Marino Junior (feio) tinha outro muito importante em Campinas, era o Marino bonito. O Marino feio fazia grande sucesso no júri. Mas, quando não tinha morte, era latrocínio, era vara. E os processos estavam agrupados na quarta vara criminal. E lá fui eu tirado do sossego do Tatuapé. Eu gostava de lá. E o meu amigo Vadi Elu, amigo da vida inteira, advogado forense. Vem uma portaria para cuidar dos casos do bandido da luz

vermelha. Os processos estavam todos na quarta vara criminal. O que significava que os receptadores iam escapar por prescrição. Ia demorar esta defesa. Ai recebi um telefonema para ir até à procuradoria-geral. Subi lá. Doutor Virgilio. –Você vai ficar lá até receber uma comunicação que estamos preparando. Não se esqueça de que estava em vigor o ATO5. Voltei, para Tatuapé, estava acompanhando o caso do bandido da luz vermelha. Chamaram-me. Vem aqui de novo, faça uma petição de três linhas pedindo desaspensamento pedindo todos os processos do bandido da luz vermelha, não precisa fundamentar. Fiz ali mesmo. Voltei lá e apresentei para o doutor Miguel René Fonseca Brasil juiz da quarta vara criminal, na época. Fiquei olhando o despacho: jota compôs. Fui embora. No dia seguinte a rotina: Tatuapé. tem despacho? Não. Dali a pouco entra o doutor Miguel René furioso na sala: - não existe mais magistratura, juiz não tem independência. Tomou uma prensa. Ato 5 existia. De farto, no mesmo requerimento ele, pois assim: defiro. Mandou todos os processos de volta para as varas de origem, com o que seria possível condenar os receptadores. Ai acabou o meu trabalho com o bandido da luz vermelha. Voltei para Tatuapé, me achei credor. Afinal, bandido da luz vermelha era grande responsabilidade. Era um caso complicado. Grandes advogados defendendo os receptadores.

Vou falar na procuradoria: e agora, como é que eu fico? Vamos te oferecer uma curadoria de família. Não, não quero. Eu tinha sido substituto de curadoria de família, no lugar do doutor Laércio de Oliveira Lima, que teve um infarto, ele era meu amigo. Ele me indicou para ficar lá. Na época, 1962, foi ótimo, fiquei em SP morando com os meus pais, diárias. Mas era triste vara de família, sempre mexeu comigo: separação, alimentos, mulheres desesperadas, com muitos filhos, drama de família. E eu, resistindo ao casamento. Solteiro. Isso me fazia mal, não gostava de ver este sofrimento familiar. Ate porque na minha família nós vivíamos e nos demos muito bem, com os meus pais, minha avo, irmãos, tios. Ver briga de família me dois. Então consegui ir para massa falida.

Fiquei muitos anos na massa falida. Teve um intervalo nisso ai. O professor Eli Locke Meireles era municipalista, como era o doutor professor Geraldo Ataliba, eles praticavam o municipalismo, que era uma bandeira, que deixou de ter razão de ser porque os municípios depois passaram a ter muitas receitas- mas os municípios passavam fome, com a falta de impostos- era estrutura coronelística. Então, os prefeitos ficavam nas mãos do governador. Depois houve uma reforma constitucional e os municípios ganharam dinheiro. Bandeira municipalista era jurídica, política e tributária. O Geraldo Ataliba e o doutor Eli, sem que eu deixasse a promotoria, me enfiaram no mutirão municipalista, eu dava aulas, às vezes havia seminários para prefeitos eu falava sobre o decreto lei 201, crimes de responsabilidade. E foi assim que eu fiquei amigo do doutor Dalmo Dallari. Então passei a ter uma vida meio externa também, foi ótimo, porque a função do promotor da capital, curadoria de massas, dos meus tempos, era fazer processos, a minha promotoria atendia quatro varas cíveis. E relações humanas, zero. Só aparecia advogado barbudo lá para falar comigo. Tenho muita estima por eles.

Ai felizmente eu voltei para o magistério. Magistério superior. Tive que me readequar para isso. Fui lecionar na FMU, e o Onésimo Silveira, que tinha sido procurador-geral, falou pra mim: - se prepara para ser professor de direito comercial, porque nós não temos. A necessidade faz as soluções. E toca estudar direito comercial. Nesta época surgiu a Faculdade de Direito de Osasco, 1967, e eu consegui um lugar lá como assistente de direito comercial. Quando teve a segunda turma, no segundo ano, entrava outra vez a disciplina de direito comercial, lá também, era FMU, com o Onésimo Silveira, em Osasco. Até hoje sou professor de Osasco.

Nós tínhamos criado os grupos de estudos, eu com um bloco de amigos: Julio César Ribas, Antonio Visconti, Paulo Roberto, Nelson Lapa, Damásio Evangelista de Jesus, - fundamos os grupos de estudos, pra gente poder reunir e discutir as questões, uma vez por mês, no sábado de manhã, nós íamos a uma destas comarcas.

APMP: O senhor foi o primeiro palestrante daquele grupo de estudos?

Na primeira reunião eu e o Dinamarco, em Bauru. Com o doutor Damásio como anfitrião, e o doutor Machadinho, faleceu depois. era promotor de Bauru, tinha mais idade. Muito boa pessoa.

APMP: Ainda como promotor?

Ainda promotor de Araçatuba. Isso foi antes da história de Tatuapé. Formamos o grupo, na primeira palestra o Candido falou e eu falei sobre acidente do trabalho, tinha um decreto lei recente do Castelo branco. Isso se irradiou muito, deu certo, mas o primeiro grupo foi com essa turma.

Em 1973, o professor Busaidi era ministro da Justiça, sempre foi meu amigo, no tempo da faculdade ele identificou uns alunos que gostavam de processo civil que tinham boas notas, eu estava entre eles, e formou um grupo para discutir processo civil à noite na casa dele na aclimação. Fiquei amigo próximo do professor. Uma amizade que cultivei até o fim da minha vida. Isso foi terrível, porque quando o Montoro me conheceu e quis conhecer os candidatos a procurador-geral ele fez perguntas. Eu falei para o governador o que eu pensava. Levei comigo um estudo que eu tinha feito publicado na Revista Justicia, sobre “O Ministério Público e o Estado de Direito”, porque eu sabia que a turma do contra ia atirar em cima do Montoro a minha amizade com o Buzaid. Este artigo foi escrito em 1975, em plena ditadura, para um congresso em Uberlândia. Fui para a audiência com o Montoro levando texto. Na conversa com o governador, eleito e ainda não empossado. Falei para ele: governador Montoro, quero que o senhor saiba que eu sou muito amigo do professor Alfredo Buzaid, é uma amizade em termos pessoais até, começou na faculdade e continuou, ele é Ministro do Supremo, se tiver para aceitar este cargo eu tiver que renegar a amizade com o Alfredo Buzaid eu vou ficar com a amizade e não vou querer o cargo. Muitos anos depois eu soube

que ele ficou impressionado com essa minha colocação: o home fala.

Em 1973, ai que entra o Alfredo Buzaid de novo, o doutor José Carlos Moreira Alves era presidente da Comissão de Estudos Legislativos do Ministério da Justiça, ele pediu ajuda para o procurador-geral doutor Oscar Xavier, de alguns promotores que pudessem ajudar para adiantar alguns projetos de lei. Ai, Antonio Marcelo da Silva, aposentado há muitos anos, Candido Rangel Dinamarco, Everson Soares Pinto, falecido. O fato é que ajudamos em vários projetos de código desta época. Fomos tocando na carreira. Finalmente chegou o momento em que fui o preterido para subprocurador, doutor Quintanilha cismou comigo, não queria me promover, ai entra o santo Claudio Alvarenga, o Claudinho, e eu queria trabalhar em casa, porque eu tinha tido uma filha, começo de 77, minha filha é de 76, a minha mulher trabalhava, e com quem fica essa criança? Com a babá? Ah, mas o pai aqui é coruja.

O fato é que, com a ajuda do Claudio Alvarenga fui parar nos mandados de segurança, pareceres que a gente dá em casa. Trabalhava em casa, maquina de escrever, não tinha computador. A filhinha ali. Devo isso ao Claudio Alvarenga. E fiquei assim até virar subprocurador. Numa data heroica, 11 de agosto de 1978, quer data melhor? 151 anos da faculdade de Direito, exatamente no 11 de agosto. E, por pressão do Secretário da Justiça, o professor Oscar Barreto, que já me conhecia, falei com ele, reclamei que estava sendo preterido, ele quis sabe quem foi, falei que era o doutor Quintanilha, Ah, Oscar Barreto entrou na parada, falou com o governador e falou com o Quintanilha. Nada como ter amigos. Uma frase que o meu pai me tinha dito uma vez: para ir à frente à vida você tem que ter amigos. Lembro-me bem disso. Gravei e sempre pratiquei. Pois Oscar Barreto, cuja memória eu venero, entrou nessa parada e eu logo entrei na lista. Fui nomeado subprocurador de Justiça, cargo que não existe mais. Ai passou uns tempos, já o procurador Geraldo Peres, ótimo amigo, muito meu amigo. Poderia falar muitas vezes que ele me ajudou, foi gentil comigo, me ajudou. E o doutor Perez, no casamento da doutora Luzia Galvão, fui convidado, o Perez me chama: estou te vendo aqui, eu não vejo o

seu nome lá no Conselho, o que está acontecendo? Nada, tio trabalhando, to no lugar que você me, pois, na entrância especial. Ai fui para procurador de justiça. Isso foi, portanto, em 1982, um ano depois virei procurador-geral, porque mudou o governo do Estado e entrou o Franco Montoro. Eu era muito amigo do Antonio Tito Costa, um daqueles municipalistas, Chopein, que era do MP, aposentado pelo Ato 5.

Ai surgiu o PMDB ganhando a eleição com o Franco Montoro. Precisava achar nome, que não fosse comprometido com a situação anterior. Consta que houve uma reunião para discutir os nomes, Claudio Alvarenga me contou, e nessa reunião apareceu o meu nome o Chopem falou: esse aqui está bom. Ai surgiu a minha candidatura para procurador-geral.

APMP: quem estava com o senhor na lista?

Doutor Hermínio. Grande nome. Respeitabilíssimo, uma figura de destaque, muito mais conhecido do que eu na carreira. Uma carreira muito mais brilhante, minha carreira de promotor era mais discreta do que a dele. Ele foi um grande promotor de júri. Ganhei dele por dois votos. O Montoro já tinha assumido o compromisso na Associação de que nomearia o mais votado. Eu fui o mais votado. Mas o doutor Hermínio tinha padrinhos fortes. Só que eu tinha um amigo, o Edivaldo Alves da Silva, o chefão da FMU, onde eu era professor. E o Edivaldo era unha e carne com um homem chamado Ulisses Guimarães, o doutor Ulisses me conhecia um pouquinho da gente encontrar na sala dos professores. Mais, um pouco antes, o doutor Ulisses, adversários políticos, ele era da oposição, ele ficou do governo quando entrou no Sarney, lá pra frente. Quiseram armar um escândalo em cima do doutor Ulisses, foram descobrir uma empresa falida, e ele veio na minha casa, aconselhado pelo Edivaldo. Trouxe uns papéis, estudei aquilo, não tinha nada. A falência era atual e ele tinha sido membro do conselho dez anos lá para trás. Ele voltou para conversar comigo: - já estudei doutor Ulisses, se alguém levantar isso eu tenho uma resposta belíssima que eu posso até redigir. Então, eu tinha este ativo político, e o voto de vantagem. O Montoro me nomeou. Tomei posse, fui procurador-geral com absoluto respeito do governo. Ele falou pra mim,

nomeado fui visitá-lo, ele falou pra mim: eu quero que você exerça o MP como tem que ser um Ministério Público independente. Entendeu bem? Você é dono das suas atribuições. Passa uns tempos estoura um escândalo daqueles bons, envolvendo um Secretario de Estado do Montoro. O promotor da comarca me telefonou e contou. –Manda tudo. Telefonei para o governador e contei, ele não sabia. –Você exerça as suas atribuições, obrigada por me avisar. Nossa, o homem falou que era para eu ser independente. De fato, isso caminhou, no fim, não teve aquele desdobramento que eu temia. Um escândalo envolvendo linhas de ônibus. Assuntos cheios de sujeira. Mas, não pegou a personalidade que eu estou falando.

Havia dois assuntos explosivos: um explodiu e o outro era explosivo. Ou seja, as investigações sobre a gestão Maluf. No dia da posse no Palácio estava lá. O povão querendo, peemedebistas, oposição, querendo a pele, o sangue, os ossos do Maluf. Tomei posse na procuradoria-geral, o repórter do Estado me entrevistou com uma pergunta boba: - o que o senhor vai fazer com os documentos da devassa do governo Maluf? Todos os documentos sugerindo investigações serão recebidos e tratados por igual, de qualquer pessoa, sendo importante ou não. Era uma posição do procurador-geral. Tem que ter serenidade neste cargo. A procuradora-geral sempre com o quadro político difícil. A eleição direta não passou, fomos para as indiretas, janeiro de 1985, e o Paulo Maluf disputando. E os documentos, ele era deputado federal, os documentos vinham do Contru e eram encaminhados para o Ministério Federal, não tomaram providencias. A eleição indireta terminou com a eleição do Tancredo. Veio à posse, eu fui convidado. Estava lá no Palácio no dia da posse e ele não tomou posse. O que aconteceu? No palácio ficou a duvida. E eu acho que a posse tinha que ser dada ao doutor Ulisses. Fizeram uma manobra, e o Sarney tomou posse. Porque disse que o Ulisses tinha muita resistência do esquema militar do Figueiredo. É bem possível. O Sarney tomou posse e as coisas foram melhorando. O Sarney era do mesmo lado do governador. Ai houve um fato

extremamente importante para o Ministério Público, no qual estava envolvido diretamente com muitos méritos a nossa querida Associação. No âmbito da Associação, que era presidida pelo Fleury, havia um grupo formado por Edis Milaré, Antonio Augusto Camargo Ferraz, Filomeno, Nelson Nery, e mais alguns, que elaboraram um anteprojeto de lei de ação civil pública. Eles me puseram este projeto na mão. Eu levei para Brasília. Falei com o Ministro da Justiça. Ele recebeu com muita alegria e encaminhou. O vice-presidente do Figueiredo encaminhou o projeto para o Congresso. Ai o Sarney tomou posse, o projeto tramitou na Câmara. Chegou para sanção, na sanção, um grupo de juristas, se posicionou contra o anteprojeto, porque eles tinham igual, mas o nosso projeto tinha um batismo oficial, o deles era de um deputado. Com a ajuda do doutor Sepúlveda Pertence, que era o PGR. O projeto na sanção, no meio do fogo cruzado, eu fui a Brasília falar com o presidente. O chefe da Casa Civil me recebeu muito bem e disse que ia levar para frente. O Sepúlveda entrou para falar com o Sarney. Voltou e me falou que ia ser sancionado, mas que ia ter uns vetos. A lei foi sancionada. Uma grande vitória da nossa Associação e do Ministério Público. A Lei da Ação Civil Pública, que é de julho de 1985. Essa lei revolucionou o papel do MP no civil. Depois ela foi aperfeiçoada (mais para frente) pelo código de defesa do consumidor. Ai o MP ganhou uma autoridade na função civil, pelo lado civil da sua atuação, Imensa. Nós sempre fomos fortes no crime, mas ficamos forte no civil. Veja o que é hoje o papel do MP na área da cidadania, na área do meio ambiente, consumidor, em todas estas áreas. Depois veio a Constituinte. Os constituintes prestigiaram o MP, muito. Eu ajudei numa coisa, precisava falar com o José Serra que era deputado da constituinte, e ele que é um homem sério, estudioso, trabalhador, notívago. O José Serra não atende telefone e é muito difícil chegar nele. Fui à Brasília (pedido dos colegas) tomar chá de cadeira, quatro horas, Tinha tomado uns aqui em SP. A gente tem que jogar o jogo. Faz parte do jogo do José Serra tomar chá de cadeira. Por isso que acho que ele como candidato à presidência, se ele foi ministro e deu chá de cadeira em governadores e prefeitos de outros estados, pode desistir, eles não esquecem, em Brasília só tem cobra criada, Ai chega La um

importante prefeito de outro Estado e toma chá de cadeira, ta marcado. Bom, fui lá. Tomei chá de cadeira, mas falei. Ele entende do MP, é um estudioso, um político com muita bagagem. Fui reconduzido no segundo mandato, sem disputa, na lista apenas dois simbólicos, foi tranquilo.

No segundo período, há com Sarney na presidência. As brigas políticas possíveis com o Maluf ficaram para trás, ele perdeu a eleição para presidente, ele continuou deputado federal, e os papéis que chegavam a respeito dele iam para Brasília.

Eu me aposentei quando era Secretário de Defesa do Consumidor, do Quércio.